

- VI -

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE SOCIAL E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

Antonio Bosco de Lima

Universidade Federal de Uberlândia – MG – BRASIL

boscodelima@gmail.com

Na política de redemocratização do estado brasileiro, consubstanciada a partir dos anos iniciais de 1980 e regulamentada pela Constituição de 1988, os conselhos em geral (vinculados às políticas sociais) ganham um destaque enorme enquanto canais legítimos de participação da comunidade. Entram em vigor naquele período normatizações sobre os mesmos e são implementados conselhos de várias áreas, como o da saúde, da segurança, do idoso, da educação, dentre outros. Este artigo relata resultados de pesquisa que teve como objeto analisar se as ações do Conselho Municipal de Educação (CME) têm contribuído para a qualidade socialmente referenciada do ensino, tema atual e que precisa ser investigado para entender a natureza da universalização da educação formal realizada a partir dos anos de 1990. Para tanto, uma parceria entre pesquisadores de cinco instituições de ensino superior foram estabelecidas (UFU, UFG, UFGD, UNEMAT e UFMT) com o intuito de investigar o problema em tela conceituando a (1) a concepção de qualidade socialmente referenciada do ensino, (2) elaborando o estado da arte da implantação/implementação dos CMEs, (3) identificando como o CME tem tratado as demandas e encaminhamentos em relação às avaliações oficiais e (4) investigando as ações/encaminhamentos do CME em relação aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Realizada em quatro estados da federação (MG, MT, MS e GO) a pesquisa buscou apresentar problematizações e contribuições no que diz respeito ao empenho das sociedades civil e política no sentido de qualificar a educação, incluindo e garantindo permanência com sucesso no sistema educacional escolar.

O primeiro grande desafio para o desenvolvimento da pesquisa foi articular os pesquisadores em torno de um problema que exigiu metodologia própria para a investigação de uma realidade multifacetada, dinâmica, diversa. A diversidade que se constitui o Brasil e cerca de seus 5.500 municípios implicou em um planejamento complexo para se produzir uma pesquisa de cunho nacional. Cada município apresenta realidades políticas, econômicas e educativas diversas, o que impulsionou para que houvesse uma forma de organização e planejamento descentralizadas. Cada região foi organizada com um coordenador regional que se pautou a partir de parâmetros tirados coletivamente no primeiro encontro interinstitucional dos pesquisadores, constituindo-se um roteiro matriz para ser aplicado nos campos de

pesquisa, mas respeitando-se as diferenças de cada local. Para sua efetividade, no campo de pesquisa, foram realizadas dezenas de reuniões entre os pesquisadores e os conselheiros, foram organizados em cada região os Encontros nacionais sobre os CMEs, novos sujeitos ficaram interessados na temática, o que ocasionou uma procura pelos grupos de pesquisa de cada região e pela formação continuada, seja nas atividades desenvolvidas enquanto encontros e seminários, seja na pós-graduação.

Destaque-se que, quando da presença inicial dos pesquisadores nos CMEs, os mesmos se depararam com problemas que os conselheiros apresentavam em cada reunião, a maior parte deles por falta de formação continuada sobre o tema. Isto determinou que o modelo de pesquisa fosse sendo transformado devido às necessidades (variáveis) que estavam presentes nos CMEs. Tal variável implicou em um modelo de pesquisa participante, o que não estava presente no projeto inicial, ocasionando que o pesquisadores começassem a participar de forma orgânica e política das atividades dos conselhos: (1) participando das reuniões; (2) assessorando em questões pedagógicas e políticas; (3) participando da elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME 2015); participando da avaliação dos PMEs (2017) e (4) atuando como conselheiro, que foi o caso do coordenador da pesquisa, eleito como vice presidente do CME de Uberlândia/MG.

Os grupos regionais realizaram levantamento de dados em fontes primárias e secundárias a partir de seu local de pesquisa (Dourados/MS, Uberlândia/MG, Barra do Garças/MT, Nova Guarita/MT e Jataí/GO) bem como nos acervos nacionais, sendo realizadas pesquisa virtuais ou visitando bibliotecas, ou na aquisição de periódicos e livros. Buscou-se também fontes relacionadas à pós-graduação sobre a temática. Este material encontra-se nos arquivos dos respectivos grupos de pesquisas que desenvolveram o projeto e no observatoriocmebrasil.jatai.ufg.br/. Outra informação relevante sobre a sistematização do estado da arte encontra-se na produção dos grupos de MS (UNEMAT e UFMT) e MG (UFU) divulgada nos anais da ANPAE (2016), intitulado Estado da arte das pesquisas acerca do CME: o que dizem as teses e dissertações.

As contribuições do projeto quanto à difusão e transferência do conhecimento sobre os CMEs e a política educacional podem ser sistematizadas da seguinte maneira: a) A criação do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre CMEs no Brasil (GEP-CMBr) que surgiu da necessidade de compor um grupo que congregasse pesquisadores na área temática, trocando informações e dados sobre tal tema; b) A realização e distribuição de dois boletins que divulgaram as atividades do GEP-CMEBr; c) Reuniões realizadas no âmbito dos conselhos problematizando, assessorando e participando de questões como a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME); d) A realização de quatro encontros nacionais sobre os conselhos de educação (Uberlândia em abril de 2016, Jataí em outubro de 2016, Dourados em maio de 2017 e Uberaba em novembro de 2017) e, e) Produção de de um livro contendo os resultados da pesquisa, distribuído gratuitamente para os conselheiros da região (CMEs no Brasil - a qualidade social e política da educação, Alínea, São Paulo, 2017).

Referências

LIMA, Antonio Bosco de Lima (Org.). **CMEs no Brasil** - a qualidade social e política da educação. São Paulo: Alínea, 2017.

NEZ, Egeslaine de; SIEBIGER, R. H. LIMA, Antonio Bosco de. Estado da arte das pesquisas acerca do Conselho Municipal de Educação (CME): o que dizem as teses e dissertações. **ANPAE**, v. 40, n. 1, p. 1-15, 2016.